



Número: **0000655-98.2002.8.05.0191**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª V DOS FEITOS REL A RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEL, COM, REG PUB E FAZENDA DE PAULO AFONSO**

Última distribuição : **30/12/2002**

Valor da causa: **R\$ 96.687,74**

Assuntos: **Acessão**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                                                        | Advogados                                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Banco do Nordeste do Brasil S/A (EXEQUENTE)</b>                            |                                                                                              |
|                                                                               | <b>IANA LISETE GAMA DE SOUZA GONCALVES (ADVOGADO)</b><br><b>PAULO ROCHA BARRA (ADVOGADO)</b> |
| <b>PANIFICADORA &amp; LANCHONETE ALCANTARA SOBRINHO LTDA - ME (EXECUTADO)</b> |                                                                                              |
|                                                                               | <b>CARLOS ALBERTO BELISSIMO (ADVOGADO)</b>                                                   |

| Outros participantes                           |  |
|------------------------------------------------|--|
| <b>IVANA MONTENEGRO (TERCEIRO INTERESSADO)</b> |  |

| Documentos    |                    |                                                                    |                          |
|---------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Id.           | Data da Assinatura | Documento                                                          | Tipo                     |
| 57028<br>2397 | 21/07/2026 19:05   | <a href="#">documento_Edital - JE BA_0000655-98.2002.8.05.0191</a> | Documento de Comprovação |



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010

Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br

**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis, Comerciais e Registros Públicos da Comarca de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

**FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que o Leiloeiro nomeado, FRANCISCO FREITAS, matriculado na JUCEB sob nº. 25/8095318, através da plataforma eletrônica [www.franciscofreitasleiloes.com.br](http://www.franciscofreitasleiloes.com.br), levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:**

**PROCESSO Nº. 0000655-98.2002.8.05.0191 - CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

**EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A (CNPJ: 07237373000120)**

**EXECUTADO: JOSE ALCANTARA SOBRINHO (CPF: 03993680510), MARIA AUXILIADORA GOMES DE LIMA ALCANTARA (CPF: 35137215520), PANIFICADORA & LANCHONETE ALCANTARA SOBRINHO LTDA - ME (CNPJ: 40469397000180)**

**DATAS: 1º Leilão no dia 18/08/2026, com encerramento às 13:00 horas.** Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do **2º Leilão no dia 18/08/2026, com encerramento às 16:00 horas**, quando serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da avaliação, **exceto nos casos onde há copropriedade**. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

**REPASSE:** Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados, novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras



Este documento foi gerado pelo usuário 435.\*\*\*.\*\*\*-34 em 23/07/2026 14:47:35

Número do documento: 26072119051009200000542373187

<https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=26072119051009200000542373187>

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JONNATHAN SANTOS FREITAS - 21/07/2026 19:05:10



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

**Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010**

**Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br**

estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

**DÉBITOS DA AÇÃO:** R\$ 96.687,74 (noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos), em 14 de outubro de 2002, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 30. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):** Imóvel comercial urbano, onde funciona a Panificadora Pão de Mel. O lote em apreço mede 4,15m (quatro metros e quinze centímetros) de frente por 4,15m (quatro metros e quinze centímetros) de fundos, tendo seu lado direito 19,35m (dezenove metros e trinta e cinco centímetros) e seu lado esquerdo 19,35m (dezenove metros e trinta e cinco centímetros) totalizando uma área de 80,30m<sup>2</sup> (oitenta metros e trinta centímetros quadrados), localizado na Rua Tiradentes, nº 134, nesta cidade, no terreno em apreço está construída uma casa de propriedade do adquirente contendo (04) quatro compartimentos e 02 banheiros conjugados, limitando-se pela frente com a Rua Tiradentes, pela direita com Rita Francisca Torres, pela esquerda com terreno livre e pelos fundos com Afonso Maciel Ferreira. Imóvel registrado sob a Matrícula nº 494 no Cartório de Registro de Imóveis de Paulo Afonso – BA.

**Obs.:** O imóvel é de esquina, posição poente, em situação conjugada e isolada, com finalidade comercial. Estrutura em alvenaria e cobertura em laje. Acabamentos e materiais: piso em granito e cerâmica (precisando de reparos), revestimento interno misto em cerâmica e reboco (precisando de reparos), acabamento interno em pintura lavável (precisando de reparos). Revestimento e acabamento externo em porcelanato, cerâmica, reboco e pintura lavável. Instalação elétrica embutida, esquadrias com porta de rolo de metalon e madeira. Divisões internas: contém 01 sala, 01 banheiro, 01 depósito contendo pia e 01 salão. Estado de conservação: o imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

**LOCALIZAÇÃO DO BEM:** Rua Tiradentes, nº 134, Centro, Paulo Afonso – BA.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 29 de agosto de 2022.

**LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**DEPOSITÁRIO(A):** José Alcântara Sobrinho.

**ÔNUS:** Consta averbado Cédula de Credito Industrial em favor do exequente, Outras eventuais





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010

Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br

constantes na Matrícula Imobiliária.

**BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

**HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

**MEÇÃO:** Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

**IMÓVEL OCUPADO:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010

Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br

**DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site [www.franciscofreitasleiloes.com.br](http://www.franciscofreitasleiloes.com.br). Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

**VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 90 (noventa) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. Será admitido o parcelamento da venda de veículos automotores em geral em 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias depois de concretizada a venda, acrescidas da Taxa SELIC. O pagamento das parcelas deverá ser feito mediante depósito judicial em conta vinculada a este processo e aberta quando do primeiro recolhimento. O veículo será gravado com penhor e/ou restrição à venda no RENAJUD. A venda direta de imóveis poderá ser realizada de forma parcelada, ao final do prazo, o maior lance recebido ficará sujeito a homologação do juízo. Restando inviabilizada a venda direta dos bens penhorados (caso, por exemplo, de bens inservíveis, sucata ou sem colocação em mercado), propostas de compra por valores inferiores a esses balizamentos poderão ser submetidas à apreciação judicial para provimento específico.

**LEILOEIRO:** O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **FRANCISCO FREITAS, JUCEB** sob nº. 25/8095318, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais ([Leiloesjudiciais.com.br](http://Leiloesjudiciais.com.br)).





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010

Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br

**COMO PARTICIPAR DO LEILÃO:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site **www.franciscofreitasleiloes.com.br**, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via *INTERNET* não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro **www.franciscofreitasleiloes.com.br**, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, **www.publicjud.com.br**, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

**PAGAMENTO DE FORMA À VISTA:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

**PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA:** Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I - Imóveis: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II - Veículos: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses;

III - Imóveis e veículos: As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

IV - Imóveis e veículos: Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da poupança;







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

**Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010**

**Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br**

V- Caução para imóveis: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;

VI - Caução para veículos: Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo.

Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação.

Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

**ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA:** No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

**ARREMATACÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devido ao Leiloeiro.

**PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devido ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

**Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010**

**Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br**

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

**OBS.:** Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

**CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:**

**I** - Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro, o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo adjudicante.

**II** - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da dívida remida, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

**III** - Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

**Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010**

**Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br**

vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

**LANCES:** Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

**VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado ao Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Leiloeiro, telefone 0800 500 9946, Chat no site do Leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link “Fale Conosco” ou diretamente pelo endereço contato@franciscofreitasleiloes.com.br.

**ARREMATACÃO:** Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

**CONDIÇÕES GERAIS:** O Leiloeiro Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PAULO AFONSO**  
**1ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS E REGIS-**  
**TROS PÚBLICOS**

**Rua das Caraibeiras, nº. 420, General Dutra, Paulo Afonso/BA, CEP: 48607-010**

**Fone: (75) 3281-8376 | E-mail: pafonso1vcivel@tjba.jus.br**

mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

**INTIMAÇÃO:** Ficam desde logo intimados os executados JOSE ALCANTARA SOBRINHO e seu(a) cônjuge se casado(a) for; MARIA AUXILIADORA GOMES DE LIMA ALCANTARA e seu(a) cônjuge se casado(a) for; PANIFICADORA & LANCHONETE ALCANTARA SOBRINHO LTDA - ME na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **[www.franciscofreitasleiloes.com.br](http://www.franciscofreitasleiloes.com.br)**.

Nesta Cidade e Comarca de Paulo Afonso/BA, em 17 de julho de 2026.

**JOSÉ MARCELO BARRETO PIMENTA**  
**JUIZ(A) DE DIREITO**



Este documento foi gerado pelo usuário 435.\*\*\*.\*\*\*-34 em 23/07/2026 14:47:35

Número do documento: 26072119051009200000542373187

<https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=26072119051009200000542373187>

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JONNATHAN SANTOS FREITAS - 21/07/2026 19:05:10